

Atuação do TCU no Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf)

*Audiência Pública – Comissão Temporária para Acompanhamento
das Obras da Transposição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do
Rio São Francisco*

Brasília, 9 de julho de 2015

Agenda

- Contexto – Projeto de Integração do Rio São Francisco
- Histórico das fiscalizações do TCU
- Contratos de fornecimento de bens e equipamentos
- Subsistemas do PISF
- Ações em andamento e planejadas pelo TCU

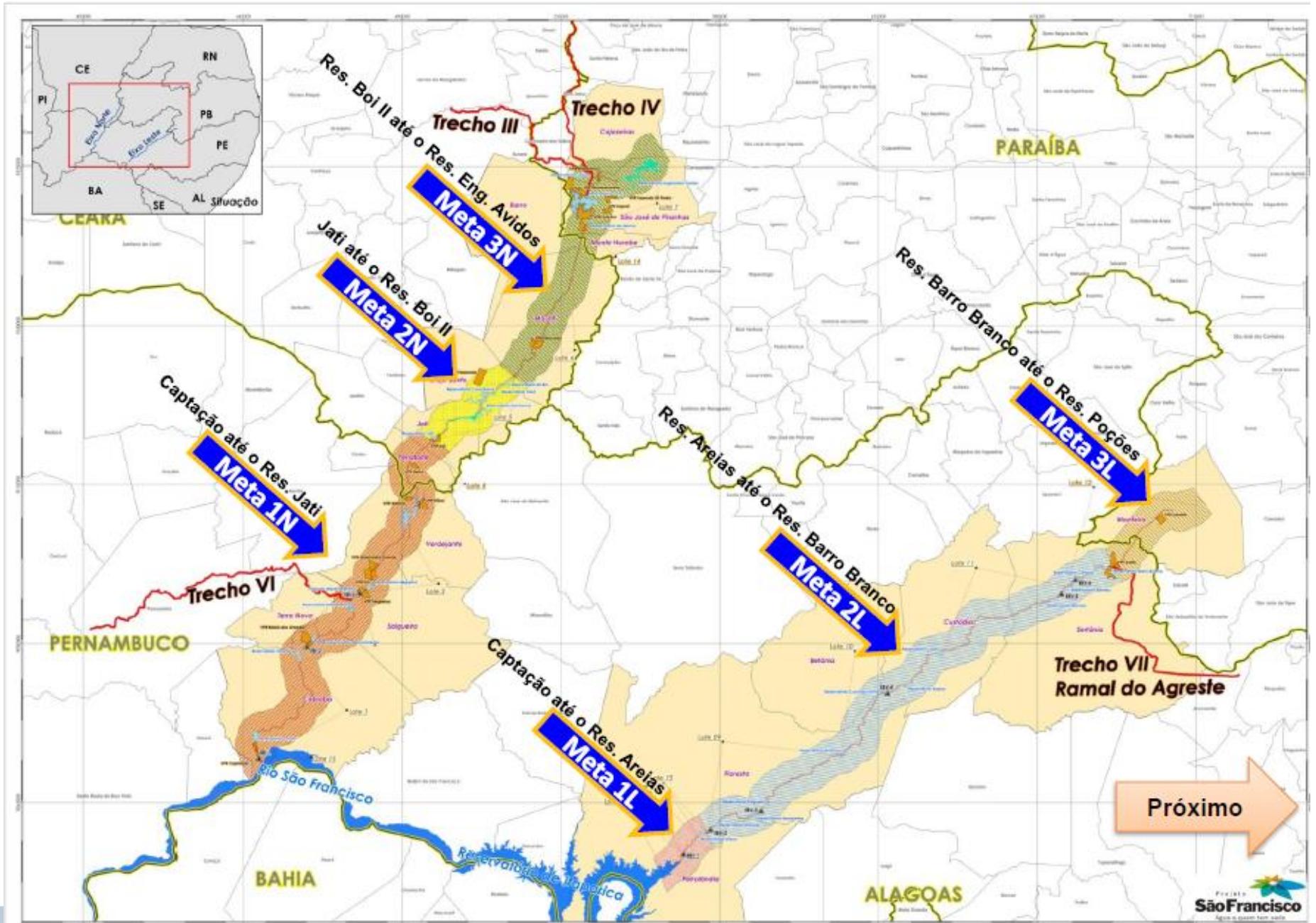
Agenda

- Contexto – Projeto de Integração do Rio São Francisco
- Histórico das fiscalizações do TCU
- Contratos de fornecimento de bens e equipamentos
- Subsistemas do PISF
- Ações em andamento e planejadas pelo TCU

PISF – Visão Geral

- **Benefícios:** atenderá cerca de 12 milhões de habitantes
390 municípios nos estados do Ceará, Paraíba,
Pernambuco, e Rio Grande do Norte
- **Vazão mínima garantida pela outorga:** $26,4 \text{ m}^3/\text{s}$
- **Eixo Leste:** vazão máxima: $28 \text{ m}^3 / \text{s}$
Trecho V: Metas 1L, 2L e 3L
Extensão: 217 km
- **Eixo Norte:** vazão máxima: $99 \text{ m}^3 / \text{s}$
Trechos I e II: Metas 1N, 2N e 3N
Extensão: 260 km

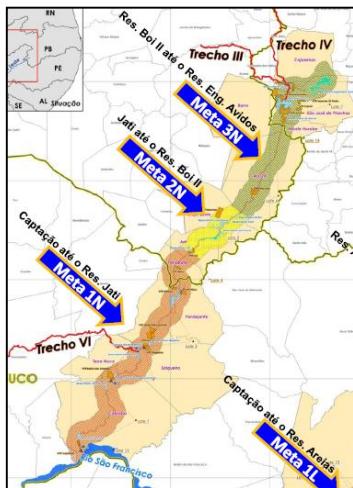
Custo total da 1ª Etapa: R\$ 8,2 bilhões (dados de maio/2015)



PISF – Situação atual

Execução física: 75,6%

Eixo norte



Eixo Leste



76,9%

73,7%

Já foram executados
R\$ 6,4 bilhões dos
investimentos previstos,
que totalizam R\$ 8,2
bilhões.

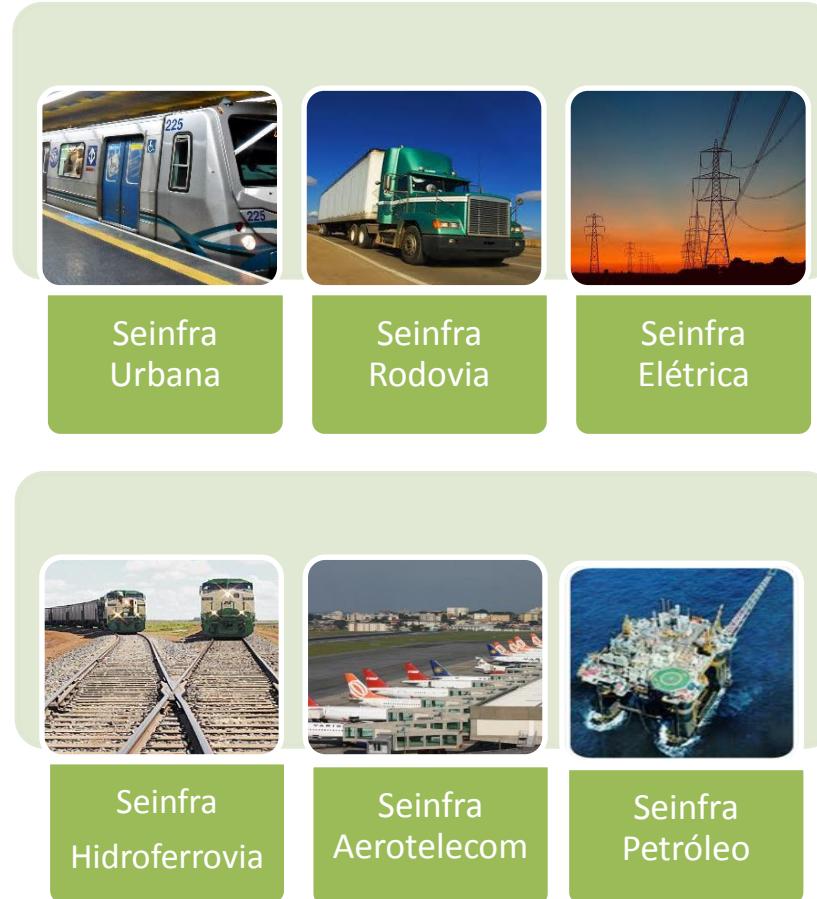
Agenda

- Contexto – Projeto de Integração do Rio São Francisco
- Histórico das fiscalizações do TCU
- Contratos de fornecimento de bens e equipamentos
- Subsistemas do PISF
- Ações em andamento e planejadas pelo TCU

Estrutura do TCU – Área de Infraestrutura

O TCU audita a administração pública com unidades especializadas nas diferentes vertentes da atuação estatal.

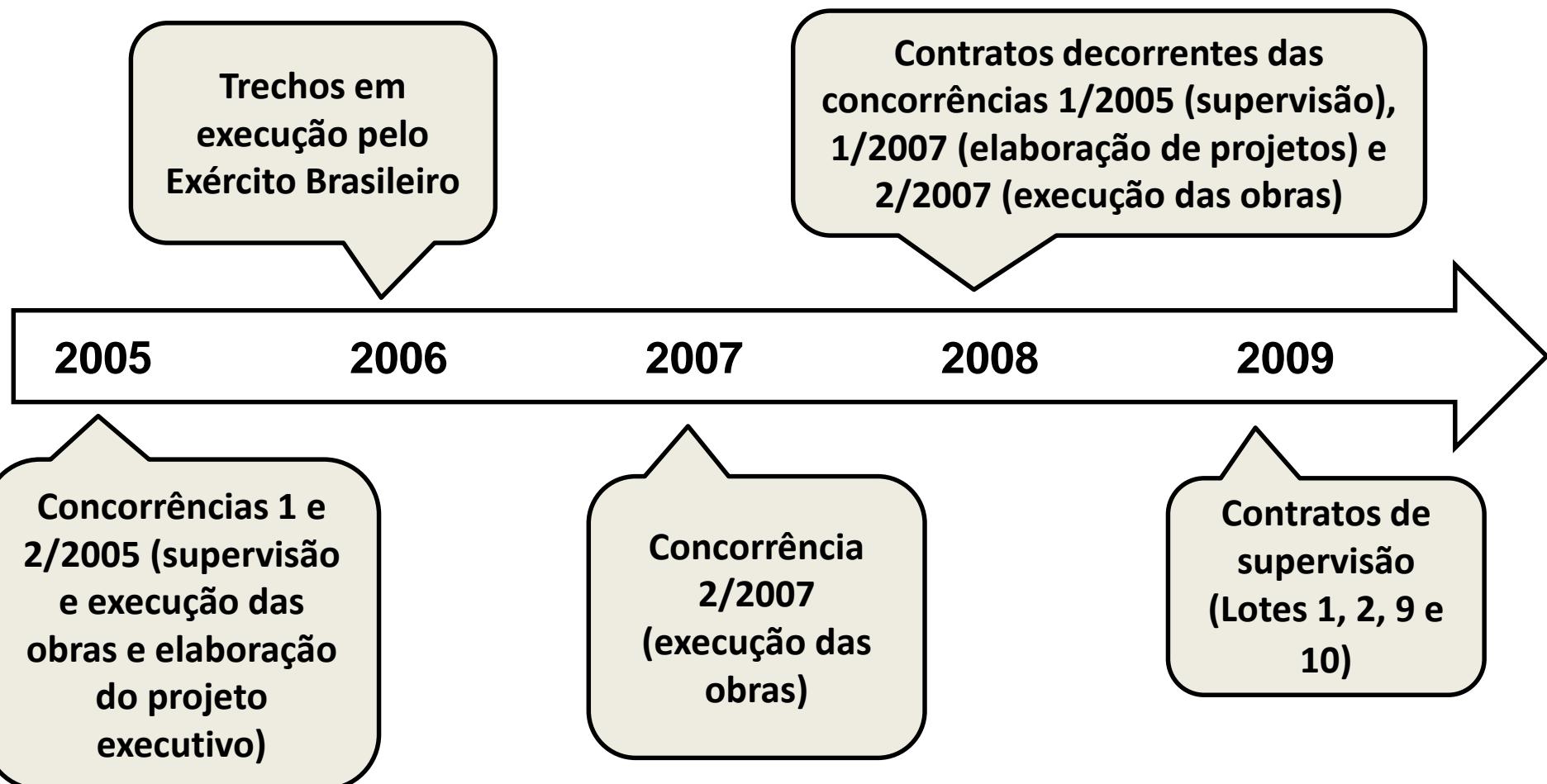
Coordenações Temáticas



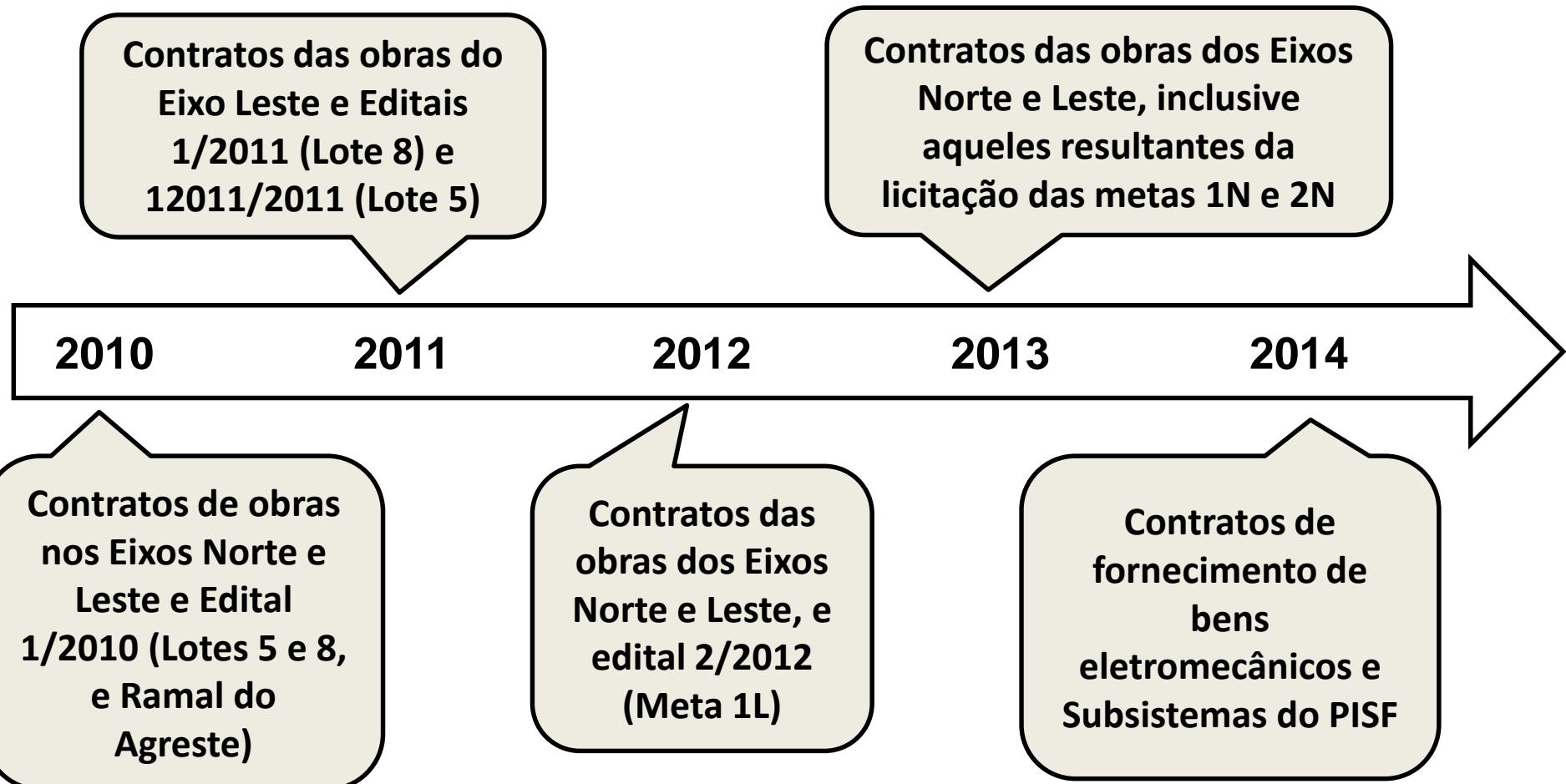
Histórico da atuação do TCU

- O Tribunal realiza fiscalização nas obras e nos editais do PISF desde 2005
- Foram realizadas 22 fiscalizações no âmbito do Fiscobras:
 - Sete exclusivamente em editais:
 - Quatro desses editais foram revogados após as fiscalizações (Edital 2/2005, referente à 1ª Etapa do PISF; Edital 1/2010, dos Lotes 5, 8 e do Ramal do Agreste, Edital 2/2012 da Meta 1L e RDC 7/2014 do Ramal do Agreste)
 - Um foi suspenso e relançado após alterações (Edital do Lote 5)
 - Quinze em contratos de execução de obras, de supervisão e de execução de projetos

Histórico da atuação do TCU



Histórico da atuação do TCU



Principais problemas identificados pelo TCU

1

Projeto Básico deficiente

2

Sobrepreço em editais e contratos

3

Deficiência de fiscalização e supervisão (gestão do MI)

4

Atraso nas obras

Principais problemas identificados pelo TCU

1

Projeto Básico deficiente

- Deficiência nos levantamentos topográficos e problemas na investigação geológica
 - Diferenças de altimetria significativas, baixo número de sondagens, inadequação de ensaios geotécnicos
- Quantitativos inadequados no orçamento
 - Diferenças entre quantitativos orçados e os previstos nos projetos
- Necessidade de alterações de componentes do projeto

Principais problemas identificados pelo TCU

2

Sobrepreço em editais e contratos

- Erros de orçamentação
 - incompatibilidade com preços de mercado
 - itens em duplicidade nas planilhas orçamentárias (análise de editais)
 - risco de “jogo de planilha”
- Ausência de critério de aceitabilidade de preços unitários em editais e contratos

Principais problemas identificados pelo TCU

3

Deficiência de fiscalização e supervisão (gestão do MI)

- Pagamentos de serviços não recebidos
- Acréscimo em contrato além do legalmente permitido
- Execução de serviços com qualidade deficiente
- Gestão deficiente

Principais problemas identificados pelo TCU

4

Atraso nas obras

- Alguns motivos de atrasos verificados nas obras:
 - alteração das soluções de projeto inicialmente licitadas em função de projeto deficiente
 - demora na avaliação e aprovação dos preços dos serviços novos
 - demora na eliminação de interferências (elétricas, hidráulicas, estruturas de drenagem, pontes)
 - demora na emissão de autorização de supressão vegetal (ASV)
 - indefinição das áreas de jazidas

Como o TCU contribuiu para a correção dos problemas?

Entre as principais determinações do TCU ao Ministério da Integração destacam-se as presentes nos Acórdãos 1.919/2012, 2.305/2012, 2.058/2013, todos do Plenário:

-  definição de nova metodologia de gestão, acompanhamento e fiscalização das obras;
-  estabelecimento de rotinas e procedimentos relativos à prazos para análise de pleitos e designação de fiscais;
-  autuação de processos administrativos visando apurar as paralisações temporárias, que resultaram no atraso das obras, sem prévia autorização do MI, e as irregularidades relativas à fiscalização deficiente;
-  adoção de medidas para assegurar o refazimento dos serviços deteriorados devido às paralisações indevidas das empresas; e
-  somente iniciar os procedimentos licitatórios relativos aos remanescentes de obras após a delimitação precisa do objeto, por meio de inventário dos serviços já executados.

Benefícios da atuação do TCU

**Aperfeiçoamento
da gestão do
empreendimento**

- Descentralização da estrutura de fiscalização do MI;
- Estabelecimento de rotinas e procedimentos para agilizar a gestão contratual e o monitoramento de pendências das obras;
- Autuação de procedimentos investigativos para examinar o pagamento por serviços não realizados; e
- Autuação de processos administrativos para apurar as responsabilidades pela paralisação das obras sem autorização da administração.

**Melhoria dos
projetos**

- Licitação dos Lotes 8 e 5, das Metas 1N, 2N, 3N, 1L, 2L, 3L e do Ramal do Agreste somente após a conclusão dos projetos executivos.

Benefícios da atuação do TCU

Redução de preços e correção de orçamentos

- Concorrência 1/2010-MI: R\$ 340 milhões
 - Sobrepreço corrigido
 - Duplicidade de itens de serviços corrigida
- Concorrência 12011/2011-MI (Lote 5): R\$ 34 milhões
 - Sobrepreço corrigido
 - Quantitativos inadequados corrigidos
- Concorrência 1/2011-MI (Lote 08): R\$ 2,2 milhões
 - Quantitativos inadequados corrigidos
- RDC 1/2014 (Ramal do Agreste): R\$ 81,7 milhões
 - Quantitativos inadequados corrigidos

Agenda

- Contexto – Projeto de Integração do Rio São Francisco
- Histórico das fiscalizações do TCU
- **Contratos de fornecimento de bens e equipamentos**
- Subsistemas do PISF
- Ações em andamento e planejadas pelo TCU

Visão geral dos bens e equipamentos para o PISF



Bomba EB1 – Eixo Norte



Foto 13: WBS 2610 – Vista interior da EBV-1 com da válvula borboleta hidráulica da bomba 1 em 13 de junho de 2014.

Volume de recursos

R\$ 844 milhões

29 contratos

O funcionamento do PISF
depende do correto e
tempestivo funcionamento
dos equipamentos
hidromecânicos e elétricos

Principais problemas identificados pelo TCU

1

Condições inadequadas de armazenamento

2

Inexistência de gerenciamento de riscos

3

Fiscalização deficiente

4

Incompatibilidade de cronogramas entre serviços elétricos e obras civis

Principais problemas identificados pelo TCU

1

Condições inadequadas de armazenamento



Como o TCU contribuiu para a correção dos problemas?

Entre as principais determinações do TCU ao Ministério da Integração destacam-se as presentes nos Acórdão 3.442/2014-Plenário:

-  Correção das condições de armazenamento
-  Elaboração de procedimentos para (i) guarda, manutenção e inspeção; e (ii) recebimento e controle dos equipamentos;
-  Formalização da responsabilidade pelo acompanhamento dos contratos;
-  Elaboração de planos de contingência e gerenciamento de riscos;
-  Atualização dos relatórios de equipamentos por parte das empresas supervisoras.

Agenda

- Contexto – Projeto de Integração do Rio São Francisco
- Histórico das fiscalizações do TCU
- Contratos de fornecimento de bens e equipamentos
- Subsistemas do PISF
- Ações em andamento e planejadas pelo TCU

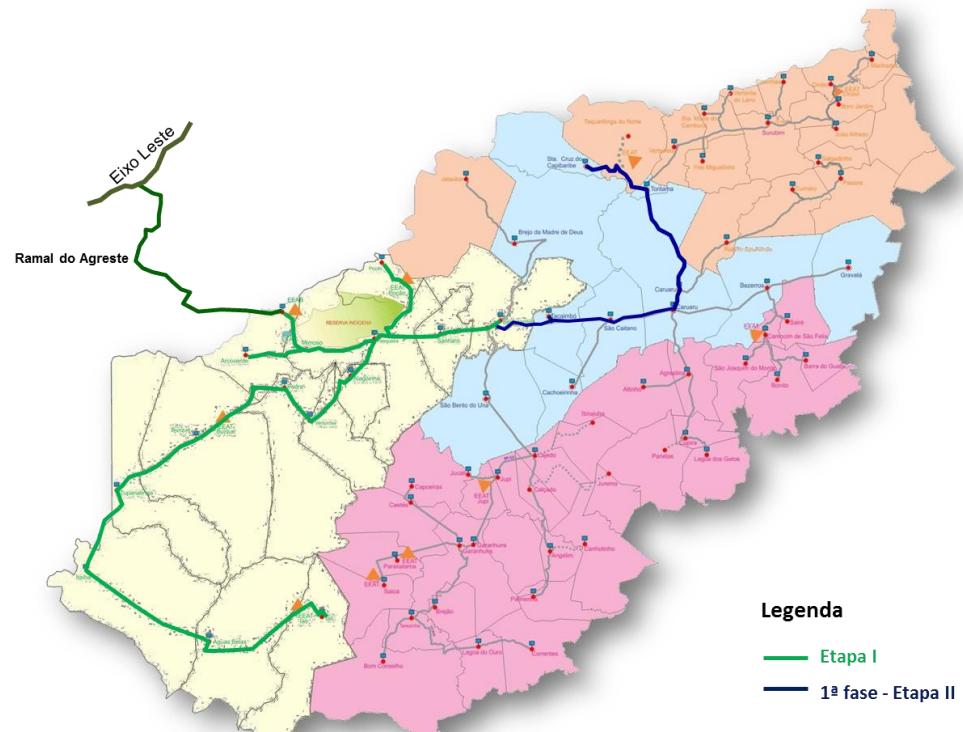
Subsistemas do PISF – Visão Geral



Adutora do Agreste

Visão geral do empreendimento

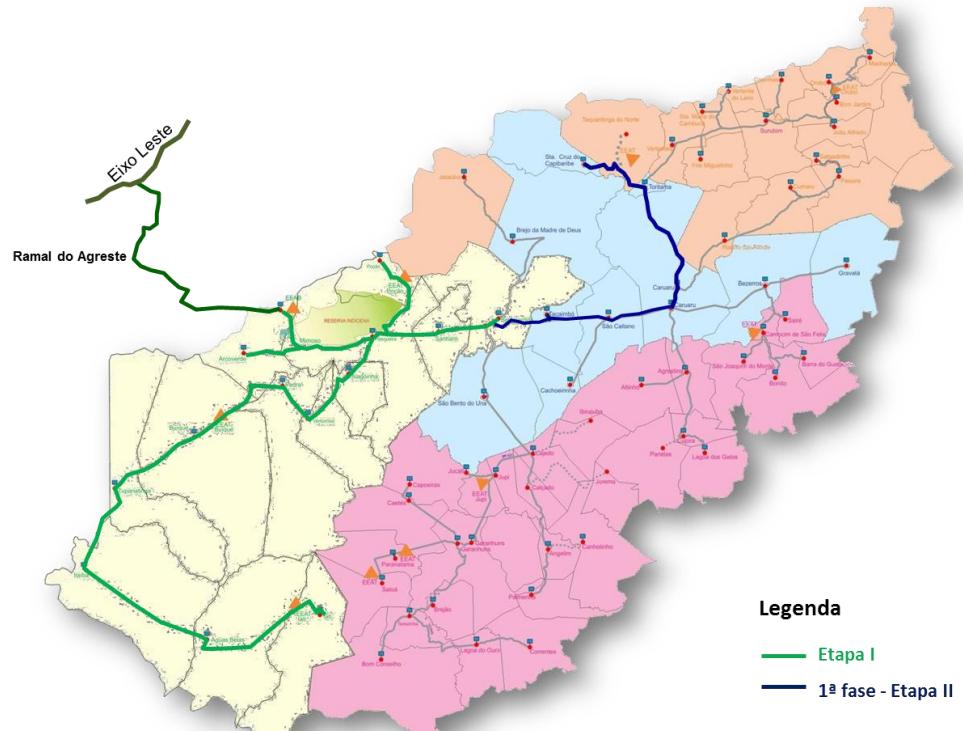
- Região do Agreste pernambucano foi contemplada com uma vazão de 8,0 m³/s do Pisf por meio do Ramal do Agreste.
 - Implantação de cerca de 1.300 km de adutoras
 - Valor contratado: R\$ 1,4 bilhão (1^a etapa – 4 lotes)



Adutora do Agreste

Principais problemas identificados pelo TCU

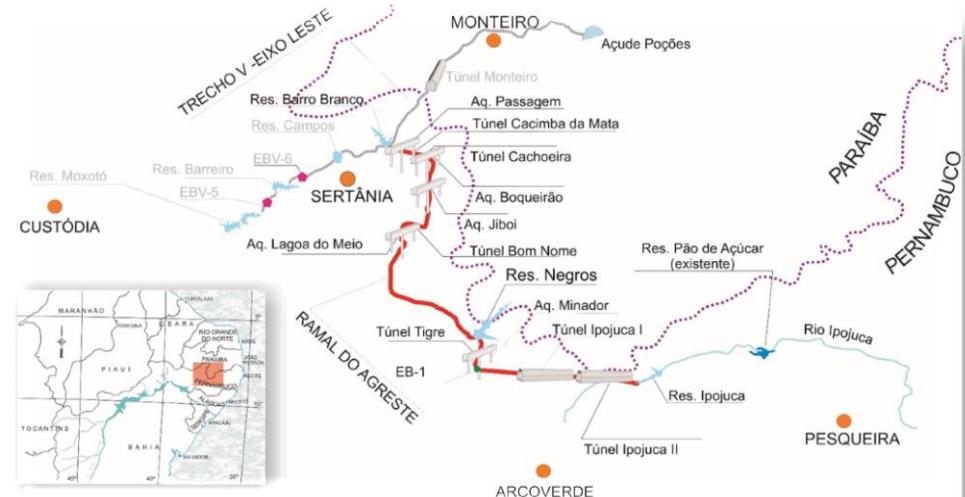
- Sobrepreço em itens de serviço (R\$ 125 milhões)
- Projeto deficiente (ausência de estudos de jazidas e quantitativos de terraplanagem não justificados)
- Cronograma incompatível com o PISF



Ramal do Agreste

Visão geral do empreendimento

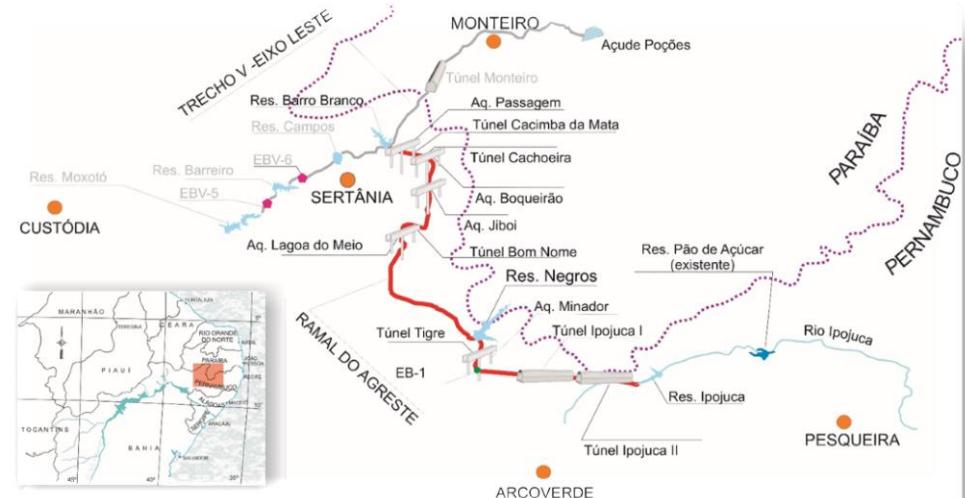
- Valor previsto de 1,2 bilhão
- Captação em Sertânia/PE, na Barragem de Barro Branco, localizada no Eixo Leste. Final em Arcoverde, de onde seguirá para o reservatório do Ipojuca
- Edital republicado em maio/2015



Ramal do Agreste

Principais problemas identificados pelo TCU

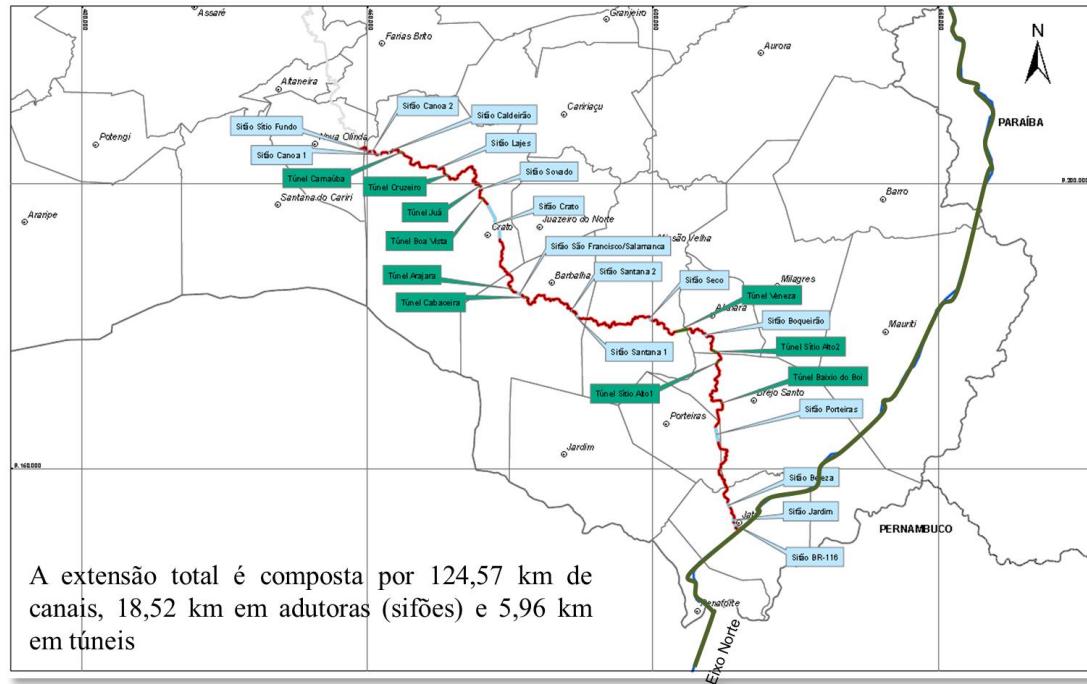
- Quantitativos inadequados: notadamente transporte de água e execução de aterros
- O edital relançado (RDC 9/2014) foi reduzido em 81,7 milhões em função de quantitativos de serviços reavaliados



Cinturão das Águas do Ceará

Visão geral do empreendimento

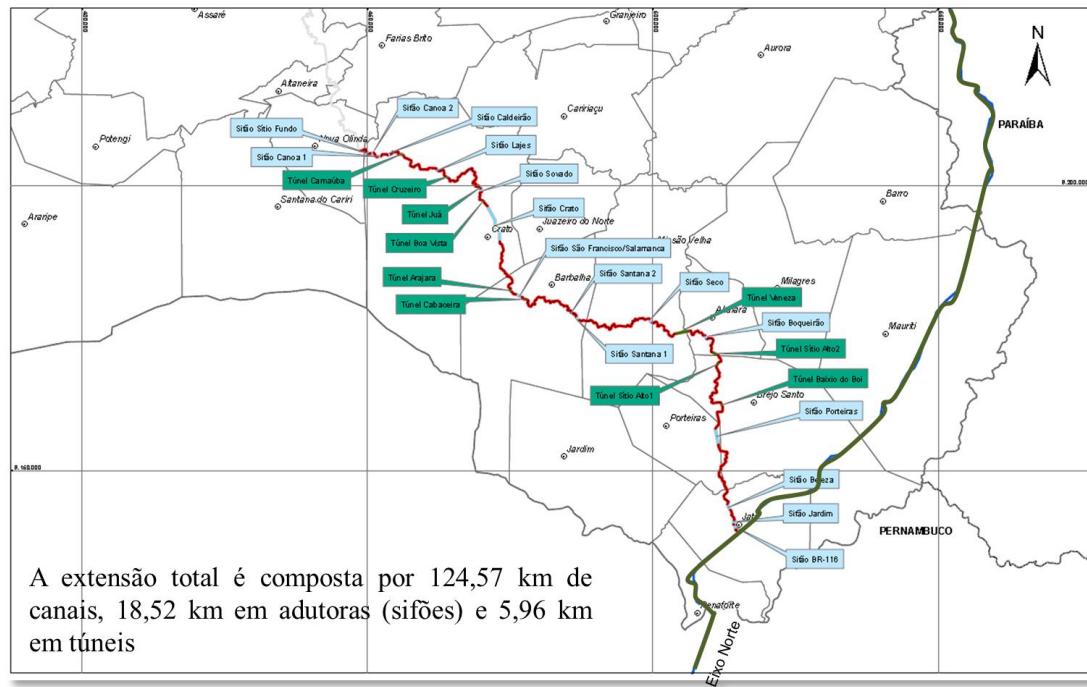
- O Ceará foi contemplado com uma vazão máxima de 30,0 m³/s do PISF por meio do CAC.
 - O CAC é totalmente dependente do PISF para o fornecimento de água.
 - Valor contratado: R\$ 1,6 bilhão (5 lotes)



Cinturão das Águas do Ceará

Principais problemas identificados pelo TCU

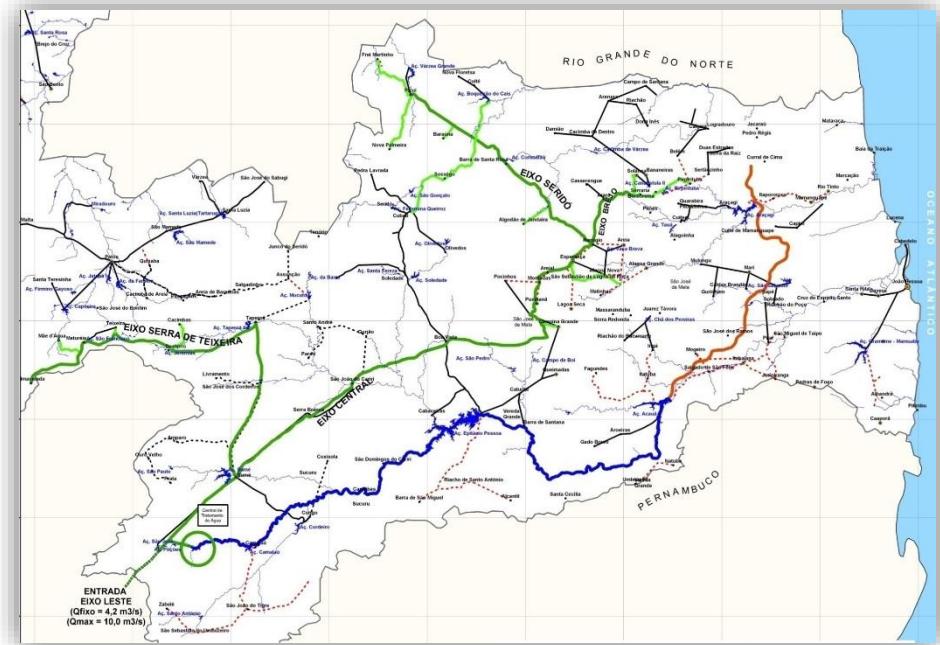
- Fiscalização deficiente
 - Atrasos nas obras
 - 16% executados de 45% previstos
 - Hoje a obra enfrenta problemas de desmobilização por falta de pagamento às construtoras
 - O prazo inicial previsto de conclusão para fevereiro de 2016 terá que ser revisto



Canal Adutor das Vertentes Litorâneas

Visão geral do empreendimento

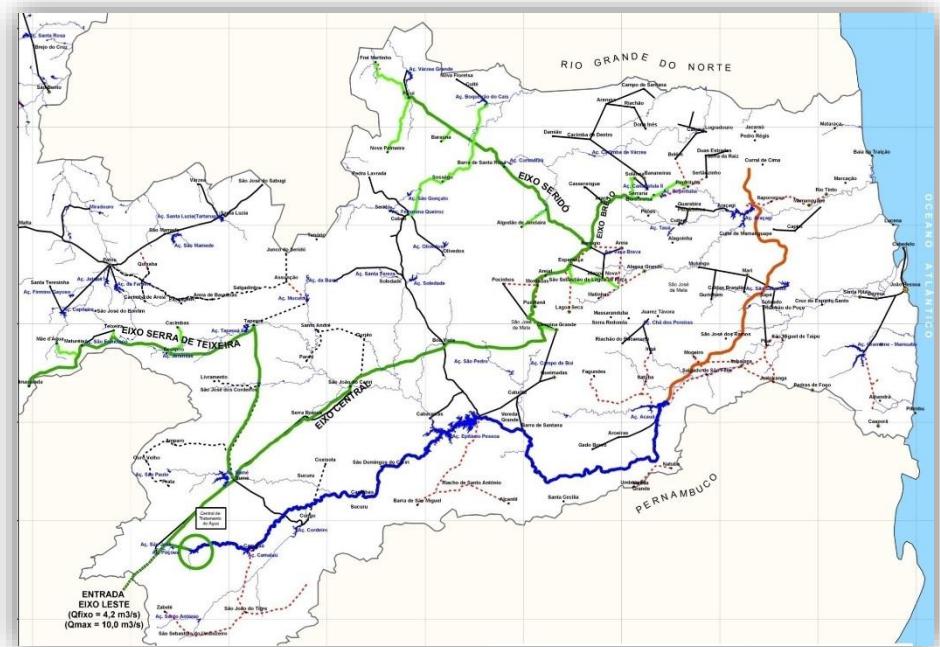
- Capacidade máxima de vazão de $10 \text{ m}^3/\text{s}$, sendo $8,8 \text{ m}^3/\text{s}$ do PISF (mínimo de $3,3 \text{ m}^3/\text{s}$)
- Sem o PISF, irá funcionar com vazão de $2,3 \text{ m}^3/\text{s}$ proveniente do Açude Acauã
- A área de influência abrange 35 municípios (400 mil habitantes)
- Valor contratado: R\$ 960 milhões (3 lotes)



Canal Adutor das Vertentes Litorâneas

Principais problemas identificados pelo TCU

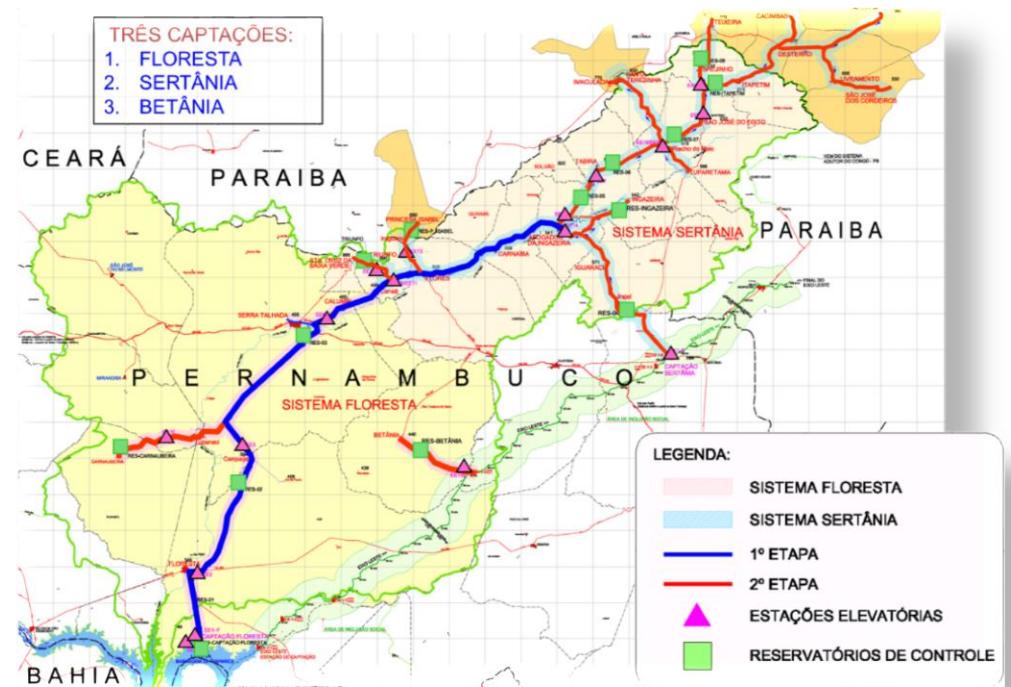
- Fiscalização deficiente
 - inexistência de controles de cronogramas (previsto x realizado)
 - Grandes alterações de projeto e incerteza de soluções técnicas
 - Atrasos no empreendimento
 - executados 58% do previsto para o período (jan/2014)



Adutora do Pajeú

Visão geral do empreendimento

- Valor previsto de 90 milhões (2^a Etapa)
- Beneficiará 30 municípios, sendo 22 no estado de Pernambuco e 8 na Paraíba (400 mil pessoas em 2035), inseridos na bacia do rio Pajeú.
- Vazão de 830 l/s, sendo 509 l/s diretamente do Eixo Leste



Adutora do Pajeú

Principais problemas identificados pelo TCU

- Impropriedades no certame licitatório:
 - não estabelecimento de critérios de reajuste;
 - ausência de estudos de viabilidades de áreas de empréstimo; e
 - critérios de medição por preço unitário enquanto o contrato é por empreitada por preço global.



Agenda

- Contexto – Projeto de Integração do Rio São Francisco
- Histórico das fiscalizações do TCU
- Contratos de fornecimento de bens e equipamentos
- Subsistemas do PISF
- Ações em andamento e planejadas pelo TCU

Ações em andamento no TCU

- Acompanhamento da gestão contratual – metas
- Monitoramento das determinações, em especial:
 - Procedimentos investigativos (Lotes 1, 2, 9 e 11) e administrativos para apurar as responsabilidades pelas paralisações unilaterais
 - Ações para melhorias na estrutura de fiscalização do MI
 - Correção dos defeitos nos revestimentos dos canais
- Esgotamento sanitário das áreas receptoras (Secex/PB)
- Monitoramento das ações de revitalização do rio - recuperação de margens e assoreamento (SecexAmbiental)

Perspectiva de futuros trabalhos

- Modelo de operação e gestão do empreendimento, inclusive sua sustentabilidade financeira
- Qualidade de execução das obras
- Revitalização dos açudes que irão receber as águas do PISF
- Pequenas adutoras para atendimento a comunidades rurais
- Ações de revitalização do próprio rio (recuperação de margens / assoreamento)

Obrigado

Davi Ferreira Gomes Barreto

Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária

seinfrahidroferrovias@tcu.gov.br

Atuação do TCU no Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf)

*Audiência Pública – Comissão Temporária para Acompanhamento
das Obras da Transposição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do
Rio São Francisco*

Brasília, 9 de julho de 2015